



EUROPA

Presidência portuguesa volta a deixar marca

Por **Edna Baptista**
edna.baptista@jm-madeira.pt

Termina na próxima quarta-feira, dia 30 de junho, a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia (UE), a quarta desde que o país se tornou membro das Comunidades Europeias em 1986.

Sob o lema "Tempo de Agir – por uma recuperação verde, jus-

ta e digital", o governo português assumiu os destinos deste Conselho a partir de 1 de janeiro de 2021, sucedendo a Alemanha, num momento particularmente difícil para a Europa, que enfrentava a segunda vaga de covid-19, vendendo-se, assim, de braços dados com a missão de dar uma resposta decisiva e abrangente à crise sanitária e de colocar a UE no caminho da recuperação económico-social,

depois de um ano de pandemia.

Consciente dos tempos exigentes que se vivem, Portugal propunha empenhar-se em especial em cinco linhas de ação: a da Europa Resiliente, da Europa Verde, da Europa Digital, da Europa Social e a da Europa Global. Tendo estes pilares em mente, afirmavam-se, então, como grandes prioridades do semestre português a promoção de uma

recuperação europeia alavancada pelas transições climática e digital, o reforço da autonomia estratégica de uma Europa aberta ao mundo e a concretização do Pilar Social da União Europeia como elemento essencial para assegurar uma transição climática e digital justa e inclusiva.

Com esta ambiciosa agenda, a presidência portuguesa foi marcada por várias conquistas e pas-

sos importantes para uma Europa já de olhos postos no futuro pós-covid. No entanto, foram vários os percalços, ficando inclusive alguns dossiers por fechar e resolver, conforme reconheceu esta sexta-feira o próprio primeiro-ministro.

A Portugal sucede agora a Eslovénia, que nos próximos seis meses dará continuidade ao programa traçado com as duas presidências anteriores.

Presidência positiva, mas "manchada" por diversos episódios

Já Fernanda Cardoso, diretora regional dos Assuntos Europeus, também reconheceu que "nem tudo correu bem na Presidência portuguesa", lamentando, desde logo, que Portugal "não tivesse investido mais no levantamento das patentes das vacinas para permitir a multiplicação da produção", bem como se tivesse deixado marcar por casos que, de alguma forma, "mancharam" a boa imagem que o país deveria transmitir.

"Lembro a famigerada nomeação do Procurador português para a União Europeia, associada a um currículo falsificado, que gerou protestos até no Parlamento Europeu", apontou, acrescentando ainda o caso dos migrantes de Odemira, já que "enquanto corria a Cimeira Social do Porto, a comunicação social divulgava o drama do trabalho imigrante escravizado na

agricultura intensiva praticada no Alentejo".

Para a diretora regional é ainda incontornável apontar o quanto esta presidência foi marcada pela pandemia, "que prejudicou os trabalhos, na sua maioria remetidos para o formato virtual", o que, no seu entender, "retirou muita visibilidade" e "inviabilizou a realização descentralizada dos eventos". Conforme recordou, estava inclusivamente prevista a realização de um Conselho Informal de Assuntos Gerais na Madeira, o qual acabou por ser transferido para o continente. Já em termos dos pontos positivos, a responsável destacou em especial o rápido acordo alcançado para o Certificado Digital, que "dará certamente um novo alento ao tão sacrificado setor do turismo", e o sucesso da pressão exercida por Portugal junto dos Estados-membros para aprovarem

o que era necessário para que o PRR pudesse ser posto em prática já no verão.

"Esse não era um exercício fácil, uma vez que havia Estados como Hungria e a Polónia que se encontravam condicionados devido à questão do Estado de Direito", explicou, ressaltando ainda que também a Áustria, Dinamarca, Finlândia "não estavam muito entusiasmados com este mecanismo, muito alicerçado em subsídios a fundo perdido, querendo adiar ou até mesmo não aprovar".

Neste momento, apontou Fernanda Cardoso, foi fundamental o papel da diplomacia portuguesa, para que se concretizasse o financiamento do instrumento Next Generation, "imprescindível para apoiar os Estados mais frágeis na recuperação da crise".